

Arqueologia e história indígena em Lagoa Dourada, Minas Gerais, Brasil – primeiros passos

Archeology and indigenous history in Lagoa Dourada, Minas Gerais, Brazil – first steps

Arqueología e historia indígena en Lagoa Dourada, Minas Gerais, Brasil – primeros pasos

Resumo: Este artigo é, basicamente, um relato referente às etapas iniciais de uma pesquisa transdisciplinar, fundamentada na intercessão entre os campos da arqueologia, geografia e história, que procurou registrar cientificamente, pela primeira vez, a existência de sítios arqueológicos com vestígios de cerâmica indígena no Município de Lagoa Dourada, Minas Gerais, Brasil. Através dos nossos estudos, que aconteceram entre os anos de 2016 e 2019, foi possível confeccionar um mapa cartográfico contendo localização por georreferenciamento, altimetria e caracterização preliminar dos sítios identificados, contribuindo para a história regional da área pesquisada, bem como fomentando discussões em torno da arqueologia e da história indígena de Minas Gerais.

Palavras-chave: Arqueologia, História Indígena, Minas Gerais.

Abstract: This paper introduces a report of the initial stages of a transdisciplinary research based on the intersection between archaeology, geography and history studies with the purpose of confirming, for the first time, the existence of archaeological sites with vestige elements of indigenous ceramics in Lagoa Dourada, Minas Gerais, Brazil. Through our studies, which took place between 2016 and 2019, it was possible to create a cartographic map containing location by georeferencing, altimetry and preliminary characterization of the identified sites, by contributing to the regional history of the territory as well as by encouraging discussions around the archeology and indigenous history in Minas Gerais.

Keywords: Archeology, indigenous history, Minas Gerais.

Resumen: Este artículo es, básicamente, un reporte de las etapas iniciales de una investigación transdisciplinaria, a partir de la intersección entre la arqueología, la geografía y la historia, que busco registrar científicamente, por primera vez, la existencia de sitios arqueológicos con vestigios de cerámica indígena en Lagoa Dourada, Minas Gerais, Brasil. Mediante nuestros estudios, que se llevaron a cabo entre 2016 y 2019, fue posible crear un mapa cartográfico que contiene la ubicación por georreferenciación, la altimetría y caracterización preliminar de los sitios identificados, contribuyendo a la historia regional del área investigada, así como incentivando discusiones em torno a la arqueología y la historia indígena de Minas Gerais.

Palabras clave: Arqueología, historia indígena, Minas Gerais.

No Brasil, o cidadão comum que encontra acidentalmente fragmentos ou objetos inteiros de cerâmica confeccionados por povos pretéritos, que foram desenterrados por alguma eventualidade natural ou provocada pelas atividades humanas, geralmente fica fascinado e curioso a respeito desses vestígios de outras épocas pelo que eles têm de familiar (uma vez que objetos de cerâmica ainda fazem parte da nossa cultura material contemporânea) e ao mesmo tempo de “estranho”, pois foram produzidos por seres tão humanos quanto nós, porém viventes em outro tempo, partilhando espacialidades, “visões de mundo”, hábitos e tradições diferentes das que vivenciamos no nosso contexto histórico-cultural atual. Os vestígios cerâmicos nos remetem ao nosso passado através da sua existência física material incontestável, desafiando nossa curiosidade e despertando nosso interesse, especialmente quando se suspeita que o material encontrado possa ter sido produzido por indígenas que porventura teriam habitado a área da descoberta, que se tornou um sítio arqueológico com o passar do tempo.

A arqueologia – que significa, literalmente, "estudo do antigo" – é a ciência que busca pesquisar esse passado soterrado pelas eras, na intenção de entendê-lo melhor, mas também de nos entendermos melhor no presente, através do estudo dos vestígios materiais deixados pelas sociedades que se sucederam em uma determinada área. Esses vestígios são importantes fontes de informação para a ciência arqueológica, para a geografia humana, para a história regional e geral dos povos.

Quando nos referimos aos sinais gráficos e aos artefatos encontrados no nosso território, produzidos pelas sociedades indígenas que o habitaram antes da colonização europeia, geralmente os dividimos em três principais categorias: arte rupestre, lítico (objetos de pedra trabalhada pelo homem) e cerâmica. Contudo, todas as interferências que demarcam a presença humana no meio, como as marcas de assentamentos (“fundos de cabana”, buracos de esteios, restos de alimentação...), antigas roças, sepultamentos, “oficinas” de produção de artefatos, entre outras, devem ser levadas em conta e estudadas no sentido de se construir um “inventário cultural” mais completo do grupo em investigação, para o qual importa bastante a contextualização dos vestígios arqueológicos¹. Para que a pesquisa ganhe um fundamento mais sólido, os vestígios precisam ser compreendidos associados ao seu contexto espacial

¹ De acordo com FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia e Patrimônio*. São Paulo: Habilis Editora, 2007 e PROUS, André. *Arte Pré-histórica do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2007.

(geográfico) e temporal (histórico), como elementos de construção da paisagem histórico-cultural na qual foram encontrados².

As primeiras investigações acadêmicas em arqueologia no solo brasileiro foram realizadas no final do século XIX, no entanto, pesquisas sistemáticas nesse campo só ganharam impulso na segunda metade do século XX, com a atuação das Missões Franco-Brasileiras a partir de 1973, especialmente em Minas Gerais e no Piauí. Logo surgiram trabalhos também em outras regiões como nos Estados de Goiás, Mato Grosso e em algumas áreas do Nordeste.

Minas Gerais pode ser considerada o “berço” da arqueologia e da paleontologia no Brasil. Desde o século XIX áreas do Estado foram exploradas pelo naturalista dinamarquês Peter Wilhem Lund, mundialmente reconhecido por suas pesquisas, incluindo a descoberta de um dos esqueletos humanos mais antigos das Américas, batizado de “Luzia”, datado em torno de 11mil anos atrás, localizado em Lagoa Santa – cidade que integra a região metropolitana de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais³. A partir da década de 1970, as pesquisas desenvolvidas em território mineiro ajudaram a (re)construir a história da ocupação das Américas e transformaram Minas Gerais numa região internacionalmente conhecida como celeiro de ricas manifestações arqueológicas, tais como impressionantes conjuntos de arte rupestre, abundantes vestígios líticos e cerâmicos. Contudo, apesar das quase cinco décadas de contínuas pesquisas arqueológicas em Minas, ainda há muito por fazer. As pesquisas, até o momento, concentraram-se no centro e no norte do Estado, enquanto muitos dos sítios que ocorrem no centro-sul de Minas Gerais ainda não foram estudados e, muitos, nem mesmo chegaram a ser registrados no cadastro de áreas de interesse arqueológico do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

² Para mais detalhes sobre a arqueologia da paisagem, ver CRIADO BOADO, Felipe. “Límites y posibilidades de la arqueología del paisaje”. In: *SPAL Revista de Prehistoria y Arqueología*. v. 2. Universidad de Sevilla, 1993.

³ Históricos sobre as pesquisas arqueológicas na região de Lagoa Santa podem ser encontrados em: NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luiz Beethoven. *O Povo de Luzia – em busca dos primeiros americanos*. São Paulo: Globo, 2008 e PROUS, André; BAETA, Alenice; RUBBIOLI, Ezio. *O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos: conhecer para proteger*. Belo Horizonte: Ed do autor, 2003.

Imagens 1, 2 e 3 – Vestígios arqueológicos em cerâmica e pedra polida encontrados em Lagoa Dourada, MG.



Fotos: Arquivo do autor, 2015

Há pouco mais de um ano, chamaram nossa atenção alguns relatos feitos por Eliane Farias, discente no curso de Artes Aplicadas da Universidade Federal de São João del Rei, sobre a existência de possíveis sítios arqueológicos indígenas com vestígios de cerâmica e pedra polida no Município de Lagoa Dourada, situado na região Centro-Sul do Estado de Minas Gerais, mesorregião do Campo das Vertentes, microrregião de São João Del-Rei⁴. Motivados por esses relatos e por alguns vestígios trazidos até nós, reconhecemos a necessidade de um trabalho científico de registro e pesquisa desses sítios arqueológicos ainda não explorados nos estudos acadêmicos e de emprendermos análises preliminares de seus vestígios superficiais, em comparação com descrições já realizadas em outras áreas do Estado, possibilitando uma apreensão mais global dos achados em Lagoa Dourada e sua inserção no quadro geral da arqueologia de Minas Gerais.

Assim, a investigação que deu origem a este artigo surgiu das nossas inquietações diante das muitas lacunas a serem preenchidas nos campos da arqueologia e da história indígena em Minas Gerais, e como uma continuação das nossas pesquisas anteriores (em torno da cartografia da cultura material indígena presente no Estado) nas quais trabalhamos, sempre na perspectiva da transdisciplinaridade, desde 2006⁵. Se antes focamos nas expressões de arte rupestre, agora começamos a explorar mais a fundo o universo da cerâmica indígena,

⁴ Mais dados histórico-culturais sobre o Município de Lagoa Dourada podem ser encontrados em BUZATTI, Dauro J. *Lagoa Dourada: 300 anos – Síntese Histórica*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2011.

⁵ Ver RESENDE, Maria L. Chaves de; SALES, Cristiano Lima; ROCHA, Leonardo Cristian; FONSECA, Bráulio Magalhães. “Mapeamento da arte rupestre na Estrada Real”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Rona Editora Ltda. Ano XLVI, n° 2, julho-Dezembro de 2010. p. 109-125; SALES, Cristiano Lima. *A Estrada Real nos cenários arqueológico, colonial e contemporâneo: construções e reconstruções histórico-culturais de um caminho*. Dissertação de mestrado em História. São João del-Rei: UFSJ, 2012 e RESENDE, Maria L. Chaves de; SALES, Cristiano Lima; ROCHA, Leonardo Cristian; SANTOS, Patrícia Palma, COUTO, Ricardo Carvalho. “Estrada Real: um ‘lugar de memória’ dos povos indígenas”. *Tempos Gerais - Revista de Ciências Sociais e História da UFSJ*. n. 5, 2014. p. 43-63.

uma vez que, atualmente, atuamos no curso de Artes Aplicadas da UFSJ – único bacharelado em artes com ênfase em cerâmica do Brasil. Dessa maneira, procuramos aproveitar nossa formação e atuação em pesquisas que utilizaram metodologias dos campos da história, da geografia, da arqueologia e da antropologia, somadas às nossas próprias experiências práticas como ceramistas, para abrir um novo eixo de pesquisa acerca da história indígena tendo como objeto a cerâmica arqueológica – nosso “documento primário”, a partir do qual pretendemos (re)construir essa história.

As “tradições” na arqueologia brasileira e as diversas fontes para a história indígena

Atuando no Brasil desde a década de 1970, pesquisadores como André Prous (em Minas Gerais) e Niéde Guidon (no Piauí) começaram a esboçar um quadro geral preliminar que os permitiu determinar algumas grandes unidades estilísticas regionais, procurando mapear e classificar os artefatos arqueológicos encontrados no país, à maneira dos estudos estruturalistas europeus. Assim, conjuntos potencialmente semelhantes de grafismos rupestres, material lítico e cerâmica receberam nomes característicos que distinguiriam “estilisticamente” uns dos outros. Aqueles conjuntos que pertenceriam a um mesmo período e apresentariam um traço distintivo (uma técnica ou temática iconográfica recorrente, por exemplo) passaram a ser agrupados em “tradições arqueológicas”. Hoje, devido ao avanço dos estudos, que ampliou nosso conhecimento e tornou o quadro classificatório dos vestígios arqueológicos extremamente complexo, sua divisão em “tradições” tem sido criticada no meio arqueológico/antropológico, especialmente entre os pesquisadores da arte rupestre. Estes ressaltam, com pertinência, a complexidade do universo pictórico criado pelos indígenas que viviam no nosso território antes da chegada do colonizador europeu e as dificuldades em apreendê-lo e subdividi-lo didaticamente. Nós mesmos, em nossas pesquisas, percebemos uma inconsistência cada vez maior nessas classificações⁶. Estudos recentes no campo da cerâmica arqueológica indicam a mesma situação⁷. No entanto, de modo geral, ainda é adotada no Brasil esse tipo de classificação, pois estamos em fase de reconhecimento e

⁶ SALES, Cristiano Lima. *A Estrada Real nos cenários arqueológico, colonial e contemporâneo: construções e reconstruções histórico-culturais de um caminho*. Dissertação de mestrado em História. São João del-Rei: UFSJ, 2012.

⁷ Ver: RODRIGUES, Igor Morais Mariano. *Fora das grandes aldeias: A ocupação do recôndito sítio arqueológico Vereda III*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2011 e DELFORGE, Alexandre Henrique. *O sítio arqueológico “Cerâmica Preta”*: estudo das técnicas e da cadeia operatória da cerâmica queimada em ambiente redutivo dos povos pré-coloniais praticantes da cerâmica Aratu-Sapucaí. Tese de doutoramento em arqueologia. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia. MAE-USP, 2017.

“princípio de organização” didática da diversidade de vestígios arqueológicos que ocorrem no país. Precisamos ainda recorrer às discussões sobre as supostas tradições arqueológicas para termos uma ideia da distribuição espacial das mesmas no território brasileiro e para podermos esboçar um quadro antropológico de possíveis relações entre grupos culturais semelhantes e/ou diferentes.

A cerâmica é um dos temas mais investigados pela Arqueologia, Antropologia e História da Arte, pois é considerada uma espécie de “material ideal ou diagnóstico”. “Material ideal” porque, devido à sua boa capacidade de se preservar, torna-se uma categoria de vestígio abundante em muitos sítios arqueológicos, onde aparece na forma de objetos inteiros ou em cacos. O estudo da cerâmica arqueológica presta informações através da análise da morfologia dos objetos, do “estilo” de decoração e/ou iconografia (quando presentes), da composição material da massa argilosa utilizada, das técnicas de confecção e queima das peças, das marcas de uso, das datações do material e até mesmo da maneira como os objetos de cerâmica foram depositados ou descartados no sítio arqueológico. E quando se afirma que a cerâmica é um “material diagnóstico”, isso quer dizer que, muitas vezes, no processo de reconhecimento da etno-história de povos extintos em todo o mundo e especialmente nas Américas, a ocorrência de uma “tradição ceramista” em uma determinada área, muitas vezes foi utilizada como principal indicativo da existência e ocupação dessa área por uma etnia específica. Ou seja, a “tradição ceramista” acabou “batizando”, identificando a existência e demarcando territorialmente a presença da etnia que a teria produzido. Assim, em algumas áreas da América, embora isso não seja uma regra geral para todo o continente, aconteceram processos de identificação entre a tradição ceramista, a filiação étnica e a história de povos indígenas, uma vez que através do estudo da cerâmica foi possível acessar informações de caráter histórico-cultural.

No caso do Brasil, o estudo da cultura material indígena, especialmente da cerâmica, que é uma categoria de material que estabelece “pontes” entre culturas diversas (entre diferentes povos indígenas e entre indígenas e colonizadores), bem como entre temporalidades distintas (os chamados período “pré-histórico” e “histórico”, uma vez que sua produção já acontecia aqui antes da colonização europeia e continuou acontecendo após isso), torna-se um mecanismo científico extremamente útil para a escrita de uma história indígena coerente com seu próprio meio de expressão – os objetos e todos os outros sinais de uso,

ocupação e “culturalização” impressos na nossa paisagem. Essa questão é tratada pelo arqueólogo Paulo Araújo de Almeida da seguinte maneira:

Em termos de identidade, o povo brasileiro reconhece o índio como elemento de sua formação étnica, todavia segue o padrão americano que cria a “outridade”, o pré-histórico como o “outro”, fora da história, considerando esta somente a partir do processo de colonização européia. A maior dificuldade encontra-se em relacionar a vida pré-colonial com o presente, uma vez que esse período, o pré-histórico, é percebido como “morto” para muitas pessoas. Tal situação gera problemas de ordem metodológica, como a aceitação de dicotomias entre povo “letrado” X “iletrado”, tomados respectivamente como civilizado e primitivo. Construiu-se uma escala de valores que privilegia o escrito enquanto expressão de uma sociedade e renega sociedades que construíram outras formas de expressão. Essas últimas são, quando muito, vistas como ecológicas, por não haverem produzido linguagem escrita, ficam fora do que se considera como civilização e história.

Assim como as tradições culturais orais dos povos indígenas não são consideradas, esquece-se de salientar que na organização social do “civilizado-colonizador” o acesso à cultura letrada foi também restrito às camadas elitizadas do poder e muitas vezes a história gravada a partir daí, tende a expressar a visão específica das pessoas letradas e não a visão do conjunto da sociedade. Nesse contexto é que a Arqueologia histórica, comparando documentos escritos com objetos materiais escavados, tem assumido seu papel de questionamento das verdades estabelecidas pela história e apresentado processos de resistência e luta pela manutenção da identidade de camadas subordinadas que, embora tenham sido ativas nesse sentido, viram sua contribuição negligenciada ou mesmo estereotipada pela história oficial.

Podemos considerar dois discursos, o verbal e o artefactual. A Arqueologia histórica busca estabelecer relações entre esses dois discursos. O registro verbal escrito seria como o produto da reflexão que se fez num determinado contexto e que ficou congelada enquanto que o artefactual seria como uma expressão direta das relações de vida cotidiana num determinado contexto, que ficaram cristalizadas nos objetos. A relação entre essas duas maneiras do homem evidenciar sua realidade, quando analisadas em conjunto pela Arqueologia histórica, permite que se produza um conhecimento mais completo. A reflexão intencional plasmada nos documentos escritos, vem somar-se a realidade expressa pela vivência relacional com os objetos e espaços de uso e ocupação.⁸

Concordamos integralmente com as pontuações feitas por Almeida e propomos mesmo que a cerâmica seja tratada como “documento primário” no processo de escrita da nossa história indígena, pois, através do estudo aprofundado dos objetos cerâmicos podemos (re)construir um “discurso histórico-cultural” que, muitas vezes, confronta a documentação escrita, oficializada, privilegiada como fonte nos trabalhos dos historiadores. Assim, a adoção da cerâmica arqueológica indígena como documento histórico preconiza uma verdadeira revolução ideológica, cultural e metodológica no campo da historiografia, muito mais coerente, pensamos nós, com a realidade de país colonizado que fomos/somos, no sentido de

⁸ ALMEIDA, Paulo Araújo de. *Arqueologia em Conceição dos Ouros – MG*. Pré-história, identidade, museu e espacialidade. Pouso Alegre: Ed. do autor, 2005, p.42-43.

“libertar” a história indígena do padrão de escrita dessa história pensado a partir de “modos de fazer” impostos pelo colonizador.

No Brasil, se levarmos em conta o quadro classificatório das tradições arqueológicas proposto pelos cientistas atuantes aqui a partir de fins dos anos 1970, temos inicialmente descritas duas grandes “famílias ceramistas”: as “tradições Amazônicas” e a “Tradição Tupiguarani”.

A região amazônica tornou-se área de dispersão de sociedades indígenas ancestrais desde fins do Pleistoceno. Já estava ocupada há mais de 12.000 anos por grupos de caçadores-coletores e temos registros seguros do início da produção de cerâmica na área entre 6.000-5.000 a.C. Muitas tradições ceramistas, como a Marajoara, Santarém, Maracá, Aristé, Guarita, entre outras, com suas respectivas variações, já foram descritas na Amazônia, formando um quadro conjuntural rico e complexo⁹.

Já a Tradição Tupiguarani, embora apresente significativas variações locais, sugere uma improvável homogeneidade cultural relacionada às características do seu “estilo” de cerâmica, localizada em mais de mil sítios arqueológicos registrados numa área muito extensa – uma faixa de cerca de 4.000 Km no sentido SW-NE – integralmente dentro do território brasileiro. Por isso, a cerâmica Tupiguarani é considerada uma “tradição pan-brasileira”, devido a essa grande dispersão dos grupos que produziam esse tipo de artefato, dispersão essa associada à navegação de grandes rios das principais bacias fluviais brasileiras¹⁰.

⁹ Conforme NATALINO, Eduardo et all. *Por Ti América – Arte pré-colombiana*. Rio de Janeiro: MINC/Centro Cultural Banco do Brasil, 2002; PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Ed. UNB, 1992 e PROUS, André. *Arte Pré-histórica do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2007.

¹⁰ De acordo com PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Ed. UNB, 1992; PROUS, André; BAETA, Alenice; RUBBIOLI, Ezio. *O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos: conhecer para proteger*. Belo Horizonte: Ed do autor, 2003; PROUS, André. “A Pintura em cerâmica tupiguarani”. In: *Ciência Hoje*, v. 36, n. 213. mar. 2005 e PROUS, André. *Arte Pré-histórica do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2007.

Imagem 4 – Urna identificada com a Tradição tupiguarani encontrada em Andrelândia, MG.



Foto: Arquivo do autor, 2011

Além das duas grandes “famílias ceramistas” mencionadas, no país aparecem outras tradições mais regionalizadas, como um complexo ceramista meridional (no Rio Grande do Sul) e algumas tradições ceramistas nordestinas, além de abundantes ocorrências de produção cerâmica em áreas do Brasil Central nas formas das chamadas tradições Una, Aratu, Sapucaí e Uru.

Enquanto a Tradição Una parece ter sua ocorrência vinculada a abrigos em regiões rochosas, as tradições Uru, Sapucaí e Aratu, descritas, respectivamente, em Goiás, Minas Gerais e Bahia, aparecem em grandes sítios a céu aberto, ocupando extensas áreas de cerrado em todo o Planalto Central Brasileiro. Muito já se discutiu sobre a relativa uniformidade das formas que caracterizaria as três últimas tradições, aproximando-as a tal ponto que, conforme narra Prous¹¹, já chegaram a ser reunidas numa única tradição sob a denominação geral “Aratu-Sapucaí”. Nos sítios arqueológicos Aratu-Sapucaí aparecem grandes urnas globulares (de cerca de 85 cm, em média), de superfície lisa (sem decoração aparente) e paredes espessas, ao lado de peças mais delicadas, também globulares, mas pequenas e de paredes finas, por vezes recobertas por um banho de engobe¹². É muito comum encontrar também, nesses sítios, material confeccionado em pedra polida – “mãos de pilão”, “batedores”, “raspadores”, machadinhas de base picoteada e machadinhas semilunares –, sendo que a

¹¹ Ver PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Ed. UNB, 1992 – páginas 350-355.

¹² Substância em suspensão composta por argila líquida a pastosa e pigmentos minerais, utilizada como “tinta”, com o objetivo de decorar peças de cerâmica com cores diversas.

associação entre esses tipos de cerâmica e de ocorrência lítica acaba sendo um fator que diagnostica a presença da Tradição Aratu Sapucaí.

Imagens 5 e 6 – À direita, urna “Aratu-Sapucaí” (acervo do museu de Arcos/Pains - MG); à esquerda, Machadinha semi-lunar (acervo particular, Curvelo, MG)



Fotos: Arquivo do Autor (2001 e 2006)

Alguns estudos recentes levantam a hipótese de que também a tradição Una, localizada em abrigos rochosos, poderia ser uma simples variação da tradição Aratu-Sapucaí, de ocorrência no cerrado aberto; ou seja, haveria um fluxo cultural, ou mesmo físico, constante entre os ocupantes dos abrigos e os grupos assentados no cerrado. Essa relação complexa entre o que hoje chamamos de tradições Una, Aratu, Sapucaí e Uru continua sendo campo de debates entre pesquisadores: Por um lado, alguns estudos enfatizam as semelhanças entre elas e propõem uma unificação que criaria uma terceira grande família ceramista de ocorrência em todo o Planalto Central; por outro lado, há pesquisas que investigam as diferenças locais na produção dessas tradições ceramistas, criando um quadro muito mais complexo a partir de análises das técnicas de confecção, das queimas e dos elementos que constituem a massa argilosa utilizada nas peças. Se observarmos as diferenças, essas tradições não corresponderiam a uma unidade cultural, mas a uma espécie de rede de grupos indígenas ancestrais aparentados, com variações internas, mas que, no conjunto, difeririam dos demais.

É preciso destacar outro fator que dificulta ainda mais a constituição de um panorama nítido sobre a unificação ou diferenciação dessas quatro tradições ceramistas do Planalto Central – a intrusão de características de outras tradições. Comparativamente, enquanto a cerâmica arqueológica amazônica e Tupiguarani parecem ser facilmente identificadas pelos seus abundantes elementos decorativos – pinturas, incisões e formas “geométricas” e

“figurativas” modeladas – a cerâmica arqueológica do Brasil Central é, em geral, “lisa”, desprovida de decoração e não varia muito na forma (globular). Entretanto, muitas vezes os povos indígenas do Brasil Central mostraram ter assimilado características “ornamentais” dos grupos ceramistas vizinhos. Assim aparecem, por exemplo, elementos típicos da tradição Tupiguarani na cerâmica de vários sítios Aratu-Sapucaí, bem como formas características de tradições amazônicas em algumas “fases” da cerâmica Uru, em Goiás. Esses fatos atestam uma certa “abertura” dos povos do Brasil Central, certamente ancestrais dos Jê atuais¹³, à assimilação de características culturais de grupos indígenas diferentes deles, tornando flagrantemente complexa a tarefa de delimitar tradições de maneira muito rígida, o que, acreditamos, não reflete a realidade de prováveis trocas constantes entre povos diversos entre si que habitavam nosso território, desde muito antigamente.

Pensamos ainda ser necessário nos reportarmos às tradições arqueológicas para didatizarmos nossos estudos, mas sempre tendo em vista uma maior amplitude de elementos para além da simples análise estética, formal e iconológica, incorporando às nossas pesquisas toda riqueza de dados possível, tais como os materiais e técnicas empregados na confecção das peças, a inserção dos sítios arqueológicos na paisagem e os prováveis contatos culturais expressos nos objetos e vestígios encontrados.

Avaliar a dispersão/localização de determinada maneira de confeccionar objetos em cerâmica exige prospecções sistemáticas em várias regiões, pois, dificilmente, uma única equipe de pesquisa consegue realizar trabalhos detalhados em toda a área ocupada por uma tradição ceramista. E é para contribuir com a construção do conhecimento e com todo esse debate em torno da cerâmica indígena arqueológica no Planalto Central Brasileiro, em Minas Gerais e, especificamente, nas regiões do Campo das Vertentes e Sul de Minas que realizamos o trabalho de cartografia e descrição preliminar de alguns dos sítios cerâmicos encontrados no Município de Lagoa Dourada, conforme relatamos a seguir.

Relato do trabalho de campo: Oralidade, descrições preliminares e nossas inferências acerca dos sítios arqueológicos de Lagoa Dourada

Após revisão bibliográfica de obras dos campos da geografia, arqueologia, antropologia e história local, partimos para as pesquisas *in loco* no Município de Lagoa Dourada visando a prospecção, identificação, localização por georreferenciamento e registro

¹³ Ver BERNARDO, Danilo Vicensotto. “O Nome da tribo”. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 6, n. 71. Rio de Janeiro: SABIN, 2011, p. 34-35.

fotográfico dos prováveis sítios arqueológicos com vestígios de cerâmica dos quais tínhamos notícias, como já dito, através dos relatos, fotografias e amostras trazidos até nós por Eliane Farias, discente do curso de Artes Aplicadas da UFSJ e moradora da cidade, que nos acompanhou durante todo o estudo. Nessa etapa do trabalho contamos com a colaboração do estudante André Luiz de Melo Farias (bolsista de Iniciação Científica Júnior PIBIC-Jr/FAPEMIG, aluno do ensino médio da Escola Estadual Abeilard Pereira, de Lagoa Dourada), sob nossa orientação; do topógrafo e Mestre em geografia Ricardo Couto e do arqueólogo e professor no curso de Artes Aplicadas, Dr. Alexandre Henrique Delforge, integrando a equipe de campo. As múltiplas áreas de atuação e o conhecimento empírico do grupo nos possibilitaram maior segurança no contato direto e na abordagem dos sítios, ainda que nosso objetivo tenha sido apenas uma apreensão inicial dos dados observados em campo, descartando intervenções mais profundas (como escavações, por exemplo) e focando na análise de superfície dos sítios arqueológicos.

O desenvolvimento desta pesquisa, desde a motivação inicial, passando pela execução do trabalho de campo até o acesso à multiplicidade de informações contidas neste artigo, foi marcado pelos relatos orais dos moradores de Lagoa Dourada, que se tornaram elemento essencial para os resultados alcançados. Assim, daremos ênfase também à oralidade como dado não menos importante em relação à pesquisa arqueológica em si, no corpo do nosso relato.

São recorrentes, em Lagoa Dourada, histórias e “casos” de família envolvendo indígenas como possíveis avós ou bisavós de moradores. Nesses relatos orais existe também um consenso a respeito da presença da “tribo Catauá” em áreas do Município até o período colonial, quando esse povo indígena teria sido incorporado à população local ou apenas “desaparecido”. É também muito comum a posse objetos de pedra polida e de cerâmica arqueológica por pessoas do lugar, guardados em pequenas coleções particulares. Entre esses objetos há uma mistura de vestígios de origem indígena pré-colonial e de peças já do período colonial, como cerâmica torneada (sendo que o uso do torno seria uma característica da incorporação de técnica de produção de cerâmica trazida pelos europeus), vasos de cerâmica “neo-brasileira” (que apresentam técnicas construtivas mistas) e “cachimbos de escravos”. Há que se destacar a presença material marcante da cultura afro-brasileira entre os vestígios de cerâmica, na cultura material geral da região (expressa na produção dos objetos no período colonial) e mesmo nos traços étnicos da população. Em muitos

momentos, os próprios moradores com os quais mantivemos contato, especialmente aqueles residentes na periferia do núcleo urbano e na zona rural do Município, expressaram verbalmente, sem reservas, essa ancestralidade múltipla compartilhada por todos.

Imagens 7 e 8 – Ferramentas em pedra polida e vaso de cerâmica neo-brasileira (colonial) encontrados em Lagoa Dourada e conservados pelos moradores da cidade



Fotos: Arquivo do autor, 2017

Iniciamos o trabalho indo ao encontro do padre José Walter Silva de Carvalho, pároco da igreja Matriz de Santo Antônio, localizada no centro do núcleo urbano da cidade. Além de nos conduzir à residência de uma moradora que guarda uma “mão-de-pilão” de pedra polida, o padre José nos levou a uma pequena coleção de artefatos arqueológicos, mantida em sala anexa à igreja, onde também se encontram outras peças de interesse histórico e religioso.

Foi ele também quem nos deu as primeiras indicações seguras da existência de um sítio arqueológico em terreno da paróquia, situado não muito distante da igreja, de onde teriam vindo alguns dos cacos de cerâmica e duas das machadinhas de pedra polida que se encontram na sua coleção.

Imagens 9 e 10 - À esquerda, vestígios de cerâmica e pedra polida na coleção da igreja; à direita, artefato de pedra polida conservado por uma moradora de Lagoa Dourada



Fotos: Arquivo do autor, 2017

A seguir relatamos os processos de prospecção e fazemos breves análises preliminares dos sítios arqueológicos propriamente ditos – três locais identificados, nos quais encontramos indícios materiais da presença pretérita de sociedades indígenas, relacionando nossos achados aos relatos dos moradores.

a) “Sítio Chácara da igreja”

Como é muito comum na cidade, esse sítio arqueológico foi descoberto por operadores de trator durante o trabalho de execução de um aceiro¹⁴ ao longo e na parte interna da cerca divisória de uma pequena propriedade rural da Paróquia de Lagoa Dourada, situada muito próxima da área urbana, ao sul da igreja Matriz. Uma vez revolvida a terra da superfície com a grade ou arado do trator, vieram à tona cacos cerâmicos e ferramentas de pedra polida que chamaram a atenção dos trabalhadores e do pároco, que nos forneceu algumas coordenadas referentes à localização do sítio.

No terreno, a partir das indicações do padre José, realizamos uma sondagem visual de superfície caminhando pelo aceiro e não demoramos muito a localizar o sítio arqueológico devido, especialmente, ao visível contraste entre a tonalidade geral vermelha do solo da área e a cor escurecida, marrom, do terreno onde o sítio se formou – indício de acúmulo de material orgânico, típico de antigas áreas de assentamento indígena.

Identificado no topo de uma colina de onde se tem boa visão espacial geral de toda a área, este sítio arqueológico contém, além do terreno enriquecido pela ação humana, abundantes fragmentos de cerâmica de espessura variada, indicando que integravam objetos de diferentes tamanhos, de formas arredondadas e com diversos efeitos de queima. Na área de

¹⁴ Remoção da vegetação superficial de uma determinada área para evitar a propagação de incêndios.

acúmulo do material arqueológico, que mede cerca de 40 m de circunferência, não identificamos ferramentas nem fragmentos de objetos de pedra polida. Como já dito, pelo menos algumas dessas ferramentas já foram removidas e encontram-se no acervo da igreja Matriz.

Imagens 11, 12, 13 e 14 – Visão geral do sítio arqueológico e sequência de três imagens dos vestígios de cerâmica encontrados no local



Fotos: Arquivo do autor, 2017

b) “Sítio Mandiocal”

Após a prospecção no terreno da igreja, visitamos o distrito denominado “Catauá”, distante cerca de 15 km, sentido nordeste, do centro da cidade e tido, nos relatos orais dos moradores, como local de uma antiga aldeia indígena. No povoado fomos guiados pelo Sr. A. I. B.¹⁵, conhecedor da área, que, inicialmente, nos mostrou alguns objetos guardados por ele – fragmentos de vasos torneados e cachimbos confeccionados em moldes, ambos muito comuns em áreas ocupadas por núcleos urbanos coloniais. Ele nos disse ainda que possuía um lote de terra próximo dali, onde existiam fragmentos semelhantes no solo e de onde teriam vindo alguns daqueles objetos. Em seguida, nos conduziu até o local e lá pudemos identificar um sítio arqueológico bastante impactado em meio ao mandiocal plantado pelo proprietário.

Imagem 15 – Vestígios encontrados no “Sítio Mandiocal”



Foto: Arquivo do autor, 2017

Esse sítio situa-se numa meia encosta ladeada pela estrada de acesso ao povoado, e apresenta cacos cerâmicos semelhantes aos do “Sítio Chácara da igreja”, em menor quantidade, mas associados a fragmentos de ferramentas de pedra polida. Suspeitamos que esses vestígios teriam chegado até a área levados pelas águas da chuva, no entanto, nas nossas sondagens da superfície do topo do morro mais próximo, apesar de o terreno ter boa visibilidade (vegetação muito rala), não identificamos nenhum vestígio arqueológico.

¹⁵ Optamos por utilizar apenas as iniciais dos nomes dos moradores de Lagoa Dourada que estiveram envolvidos diretamente em impactos causados aos sítios arqueológicos pesquisados para proteger suas identidades.

Estimado em cerca de 20 m de circunferência, o sítio não apresenta alteração significativa na coloração do solo em relação ao entorno, provavelmente devido aos impactos sofridos pela intensa e sucessiva ocupação da área, atestada pela presença próxima de outro sítio arqueológico composto por ruínas de uma edificação em taipa, muito provavelmente do período colonial, mas que ninguém da cidade sabe dizer exatamente a que estrutura pertencia¹⁶.

Imagem 16 – Sítio arqueológico composto por ruínas de taipa no povoado Catauá, em Lagoa Dourada, MG.



Foto: Arquivo do autor, 2017

c) “Sítio da Granja”

Das localmente famosas ruínas de taipa do povoado “Catauá” temos uma visão panorâmica de uma área de topo de morro, ao norte, onde hoje existe uma granja de criação de aves. Este local era, provavelmente, um dos sítios arqueológicos mais interessantes que existiam na região. No entanto, no ano de 2016, o local sofreu um processo de terraplanagem

¹⁶ “Essa relação da comunidade nos diversos períodos de utilização do espaço geográfico (território) colocando significados simbólicos em lugares é parte do estudo da musealização da Arqueologia (ecomuseu)” – ALMEIDA, Paulo Araújo de. *Arqueologia em Conceição dos Ouros – MG*. Pré-história, identidade, museu e espacialidade. Pouso Alegre: Ed. do autor, 2005, p.43.

para nivelamento do terreno e construção das instalações da granja, que removeu até 5 metros do topo do morro, destruindo completamente o sítio.

Imagem 17 – Visada da chácara ocupando o topo de morro que antes era um sítio arqueológico. Povoado do Catauá, Lagoa Dourada, MG.



Foto: Arquivo do autor, 2017

O Sr. V. S. F., operador da máquina de terraplanagem que fez o trabalho, nos concedeu uma entrevista na qual disse que, ao perceber que durante a obra surgiram vários cacos de cerâmica na superfície do terreno, ficou curioso com o fato e passou a recolher alguns daqueles fragmentos, de espessuras e acabamento variados (“alguns mais rústicos e outros mais detalhados”), além de 3 ou 4 machadinhas de pedra polida. Observando o terreno com mais atenção, percebeu que havia “uma fila de uns 7 potes enterrados, distantes cerca de um metro um do outro. E em torno desses grandes potes, o terreno formava uns círculos de terra preta”. Ele acabou retirando do local um desses “potes” quase inteiro, em cujo interior havia uma “massa escurecida, oleosa e viscosa” que foi removida no processo de recolhimento da peça. A urna se fragmentou no transporte até sua casa e, após nosso contato durante a pesquisa, o Sr. V. S. F. nos permitiu ficar com a guarda do material, uma vez que

expressamos a intenção de restaurar a peça, recompondo seu formato original e de entregá-la a uma instituição pública regional que poderá acomodá-la e exibi-la.

Imagens 18 e 19 – Urna indígena fragmentada, retirada da área da granja durante o processo de terraplanagem do terreno – Povoado do Catauá, Lagoa Dourada, MG.



Fotos: Arquivo do autor, 2017.

O Sr. V. S. F. nos narrou ainda outra descoberta de um sítio arqueológico no Município de Lagoa Dourada, há mais de 20 anos atrás:

No ano de 1996, no mês de julho, em um terreno nas proximidades do povoado do Diamante, estava preparando o terreno para plantio e notei uma terra preta em um círculo de raio aproximado de 60 metros. Depois de passar o trator, percebi vários cacos de cerâmica, mas não sabia do que se tratava. Durante cerca de 4 anos depois, os trabalhadores locais ainda encontravam algumas machadinhas no local, em dias diferentes.

Infelizmente não foi possível visitarmos esse local, que não estava previsto no roteiro inicial dos trabalhos de campo, mas fica o registro oral para futuras investigações.

Ainda acompanhados pelo Sr. A. I. B., seguimos para nordeste, rumo a uma área na qual os relatos dos moradores afirmam ter existido uma grande aldeia indígena que teria resistido até o período colonial. Seria a derradeira área de ocupação de um grupo indígena sobrevivente, contemporâneo da sociedade colonial local em formação, constituída, também por “brancos” e negros. Porém, na ampla colina em suave declive tomada pela pastagem de *brachiaria*, indicada pelo Sr. A. I. B. como sendo a área onde teria vivido essa última “tribo”, encontramos pouquíssimos cacos cerâmicos e, nas nossas análises iniciais, apenas um desses cacos poderia ser pensado como de possível origem indígena, dadas as características técnicas de execução da peça. Assim, registramos a área como possível sítio arqueológico indígena,

mas ressaltamos a necessidade de novas investigações para comprovar ou descartar essa hipótese.

Imagem 20 – Região conhecida como “Catauá”, possível local de existência da última “tribo” indígena em Lagoa Dourada, de acordo com relatos orais.



Foto: Arquivo do autor, 2017

Por fim, no retorno da “antiga aldeia”, resolvemos ir até a área da granja para avaliar se haveria ainda alguma possibilidade de encontrar material arqueológico no local. Durante o trajeto, conduzidos pelo Sr. A. I. B., este nos disse que a visitação à granja poderia ser tensa devido ao medo dos proprietários e do vigia do local, que estavam “revoltados” com a atuação de fiscais “do governo” no Município¹⁷. No nosso encontro, o Sr. L. P. R., encarregado de vigiar e manter o funcionamento da granja, mostrou-se um tanto assustado, mas, durante nossa conversa, ficou mais tranquilo e se abriu ao diálogo, reafirmando os relatos orais sobre a origem multiétnica da população local, se dizendo, ele próprio, “neto de índios e negros”, ou seja, integrante de uma das famílias “afro-indígenas” que ainda habitam a área. O Sr. L. P. R. confirmou a destruição total do sítio arqueológico no terreno da granja onde estávamos,

¹⁷ Os moradores referem-se aos técnicos de órgãos ambientais que fiscalizaram os empreendimentos rurais no Município.

dizendo que não restou nada dele, pois o topo de morro onde estavam os vestígios foi completamente removido. Por fim, o trabalhador expressou sua apreensão em relação à atitude dos representantes “do governo” que estariam fazendo vistorias em Lagoa Dourada “apenas para aplicar multas altíssimas, sem explicar direito porquê”. Nas suas palavras:

Eles chegam, multam a gente dizendo que se não pagar vamos presos. Só que ninguém tem o dinheiro pra pagar essas multas absurdas... E quando alguém tem e paga, eles ficam com o dinheiro e pronto, morreu o assunto. Ninguém faz mais nada, ninguém explica nada e as ameaças continuam. Ninguém tem mais sossego pra trabalhar aqui...

A crítica do Sr. L. P. R. revela que, hoje em dia, os moradores estão cientes de que é errado destruir o patrimônio arqueológico encontrado nos sítios, mas sem saber exatamente porquê, pois não há, por parte das ações dos representantes dos órgãos governamentais que fiscalizam a área, nenhum trabalho de esclarecimento, orientação ou educação ambiental/patrimonial. Os fiscais se limitariam a aplicar multas, criando uma atmosfera intimidatória que gera medo na população local. Acreditamos que esse tipo de relação, certamente, mais deseduca que contribui para a conscientização, uma vez que, sem saber o que e como fazer, os moradores podem apelar para a ocultação e destruição das descobertas arqueológicas e até mesmo para a burlagem da legislação patrimonial que, na visão de muitos deles, se chocaria com seus interesses e atrapalharia seus projetos de trabalho¹⁸.

Visão geral dos sítios e dos achados – um esboço do panorama etnico-cultural indígena em Lagoa Dourada

A geografia de Lagoa Dourada é caracterizada pela conformação de “mar de morros” – relevo acidentado composto por agrupamento de colinas sucessivas, entrecortadas por vales que, por vezes constituem calhas de escoamento pluvial e, outras vezes, leitos de córregos ou rios. A vegetação é um mosaico de espécies típico de área de transição entre cerrado, campo de altitude e mata atlântica, com aspecto geral de “campo sujo”, composto por gramíneas, arbustos e árvores de porte variável. Ocorrem muitas plantas típicas do cerrado (com notável ausência de espécies características do cerrado na região central do Brasil, como o pequi

¹⁸ Sobre a delicada relação entre órgãos governamentais como o IPHAN e as populações locais, e sobre maneiras equivocadas como são feitos alguns trabalhos de preservação do patrimônio, consultar: VIEIRA, Flávia Cristina Costa. *O Estado contra o patrimônio: uma perspectiva arqueológica*. Monografia. Belo Horizonte: Curso de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, 2015 e VIEIRA, Flávia Cristina Costa. “Patrimônio arqueológico: a atuação do Estado no caso do Centro Cultural Banco do Brasil (BH/MG)”. In: *Anais do 1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil*. Belo Horizonte, 2017.

e o buritizeiro), dos campos de altitude e até mesmo árvores de grande porte tanto do cerrado quanto da mata atlântica¹⁹. Há intensa intrusão de espécies exóticas, introduzidas pelos moradores ao longo do tempo, que modificaram sensivelmente a paisagem nativa, especialmente de gramíneas africanas usadas como alimentação na criação de gado (e que acabaram se tornando invasoras), eucaliptos plantados com finalidade comercial e outras espécies arbóreas, principalmente frutíferas.

Praticamente toda a área do entorno da cidade sofreu e sofre recorrentes impactos causados pela ação antrópica, sendo a paisagem pontuada por residências esparsas, em torno das quais se concentram as atividades dos moradores. Pelo que pudemos perceber, é muito comum que as chácaras e residências rurais atuais tenham sido implantadas sobre áreas que são sítios arqueológicos indígenas e do período colonial, mostrando uma relação de continuidade entre as ocupações pré-coloniais, coloniais e contemporâneas.

No que tange especificamente à cerâmica arqueológica indígena, uma relação cultural que normalmente é estabelecida em diversos estudos (embora seja questionável em muitos casos) indica que a introdução da olaria, ou seja, o desenvolvimento do hábito de produzir objetos em cerâmica, estaria associada a uma nova e gradual organização das aldeias, a uma relativa fixação das populações indígenas que a produziram e ao desenvolvimento da agricultura²⁰. Se seguirmos esse raciocínio, e pensando na relação cerâmica/agricultura em todo o Brasil central (região na qual se insere esta pesquisa), poderíamos supor que a confecção de vasilhames de cerâmica teria sido motivada principalmente pela necessidade de armazenar e preparar alimentos produzidos em maior quantidade nas “roças” indígenas, bem como a feitura de machadinhas e outras ferramentas de pedra polida estaria associada à necessidade de desbaste da vegetação nativa para plantio dessas “roças” e ao processamento de gêneros alimentícios cultivados. O manejo do terreno para plantio e as próprias atividades cotidianas de preparo e descarte de alimentos nas aldeias assentadas teriam gerado melhorias nas condições do solo que essas aldeias utilizavam ou ocupavam, mudando a paisagem no sentido de enriquecê-la com espécies úteis, plantadas nos solos mais férteis criados pela ação humana. Com o passar dos séculos (poderíamos dizer, em alguns casos, até de milênios), esses solos férteis produzidos pelas próprias sociedades indígenas acumularam, também, vestígios da cultura material desses grupos, soterrados pelo constante trabalho do terreno,

¹⁹ Caracterizações baseadas em ROUGERIE, Gabriel. *Geografia das paisagens*. São Paulo: DIFEL, 1971.

²⁰ Ver: PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Ed. UNB, 1992 e PROUS, André. *Arte Pré-histórica do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2007.

descartados no solo ou mesmo enterrados propositalmente nos seus rituais, tais como os potes de cerâmica convertidos em urnas funerárias²¹.

Com o início da colonização europeia, essas antigas áreas de assentamentos indígenas, já manejadas e enriquecidas, tornaram-se, imediatamente, alvo da cobiça dos colonos que passaram a usurpar os antigos territórios indígenas, a construir suas moradias e estabelecer seus plantios em áreas de aldeias deslocadas ou mesmo dizimadas. Essa foi uma lógica recorrente nas instalações coloniais, lógica que aparece exemplarmente na distribuição e localização das propriedades rurais erigidas sobre sítios arqueológicos indígenas, no entorno de Lagoa Dourada. Nesse, como em outros casos semelhantes²², portanto, os terrenos escurecidos, a “terra preta”, não são apenas mero indicativo dos locais onde são encontrados cacos de cerâmica e fragmentos líticos, mas são, em si mesmos, provas da ocupação e intervenção cultural no meio, que caracteriza, conjuntamente com os outros vestígios, um sítio arqueológico indígena.

Em Lagoa Dourada, a presença de peças e fragmentos de cerâmica globular de diversas espessuras e dimensões, aparentemente desprovidos de decorações de superfície associados a material lítico polido, localizados nos sítios arqueológicos de acordo com o mapa que apresentamos a seguir, sugere uma filiação dos grupos indígenas que produziram tais artefatos à Tradição Aratu-Sapucaí²³. No entanto, se levarmos em conta a tradição oral local, que perpetuou a suposta presença da “tribo Catauá” na região, tendo, inclusive, gerado um

²¹ Situações de manejo e enriquecimento da paisagem e do solo pelas sociedades indígenas no cerrado e na Amazônia são abordadas em: ARROYO-KALIN, Manoel. “A domesticação na paisagem: os solos antropogênicos e o Formativo na Amazônia”. In: PEREIRA, Edithe e GUAPINDAIA, Vera. (orgs.). *Arqueologia da Amazônia*. v. 2. Belém: MPEG/IPHAN/SECULT, 2010. p. 879-908.; MAGALHÃES, Marcos Pereira. “Natureza selvagem e natureza antropogênica na Amazônia Neotropical”. In: PEREIRA, Edithe e GUAPINDAIA, Vera. (orgs.). *Arqueologia da Amazônia*. Vol. 1. Belém: MPEG/IPHAN/SECULT, 2010. p. 403-424; POSEY, Darrell A. “Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó)”. In: RIBEIRO, Bertha G. (coord.). *Etnobiologia – Suma Etnológica Brasileira*, v. 1. Rio de Janeiro: Vozes/FINEP, 1986, p. 173-188; RIBEIRO, Bertha. “A contribuição dos indígenas para a cultura do Brasil”. In: SILVA, Aracy L. da; GRUPIONI, Luís D. B. (orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: Ministério da Educação, 1995. p.197-216; RIBEIRO, Ricardo Ferreira. “História Ecológica do Sertão Mineiro e a Formação do Patrimônio Cultural Sertanejo”. In: LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos. *Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade*. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas/Rede Cerrado, 2000. p. 47-106 e RIBEIRO, Ricardo Ferreira. “O Eldorado do Brasil central: história ambiental e convivência sustentável com o Cerrado”. In: Alimonda, Héctor. *Ecología política: Naturaleza, sociedad y utopia*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales/CLACSO, 2002.

²² Idem ao anterior.

²³ De acordo com as pontuações encontradas em: DIAS, Ondemar. “Ocupação do território de Minas Gerais: grupos horticultores ceramistas”. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de. (org.). *Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais*. Juiz de Fora: Editar, 2007; PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Ed. UNB, 1992 e PROUS, André; BAETA, Alenice; RUBBIOLI, Ezio. *O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos: conhecer para proteger*. Belo Horizonte: Ed do autor, 2003.

topônimo de um distrito da cidade; se estabelecermos uma relação com outros relatos arqueoehtnográficos tais como o encontrado na obra “Arqueologia Brasileira”, de André Prous:

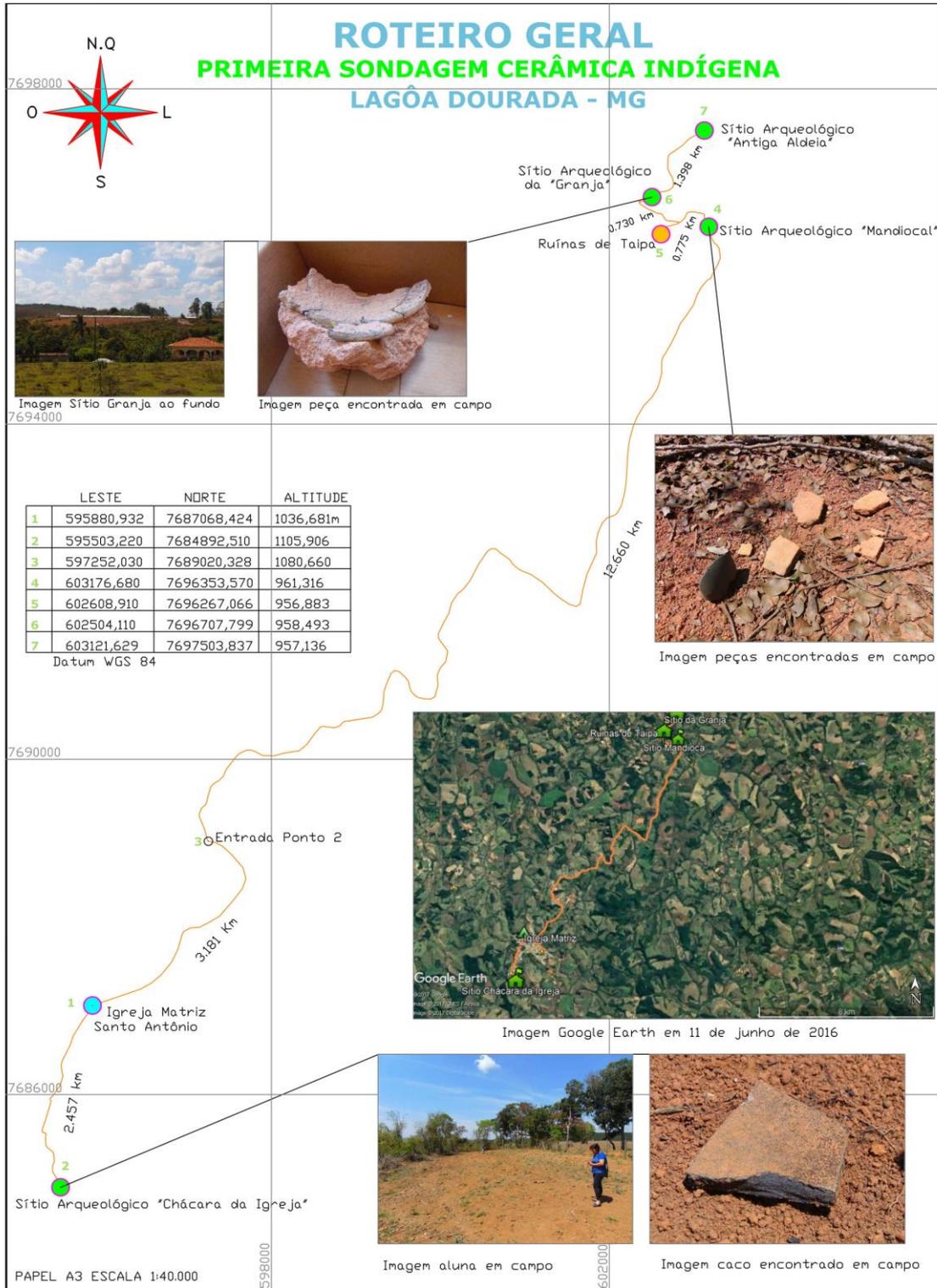
Um dos elementos curiosos neste sítio [Sítio da fazenda São Geraldo, Município de Ibiá] é a coexistência de cerâmica Sapucaí com pequenos vasilhames pretos que se parecem muito com os da Tradição Una, e apresentam algumas formas absolutamente idênticas às da Pedra do Caboclo [sítio típico da Tradição Una]. Talvez por ter feito observações semelhantes, O. Dias falou, na reunião de Goiás de 1980, que o material Sapucaí apresentava características por vezes mais próximas da Tradição Una do que da Aratu da Bahia; no entanto, não se estendeu em pormenores sobre o assunto. Esses sítios da região sudoeste mineira costumam ser atribuídos aos “Cataguás”, que resistiram demoradamente aos invasores brancos, mas não chegaram a ser estudados.²⁴

- e aceitarmos que o termo “Catauá” usado em Lagoa Dourada possa ser uma variante local de “Cataguá”²⁵, teremos um quadro classificatório um pouco mais complexo que, mais uma vez, supõe uma relação de proximidade entre tipos diferentes de cerâmica que hoje estão divididos entre as chamadas tradições Aratu-Sapucaí e Una. De acordo com o que temos hoje nos estudos arqueológicos, os vestígios presentes nos sítios indígenas de Lagoa Dourada parecem não apresentar influências estilísticas de outros grupos como dos Tupiguaranis, por exemplo e, assim, poderiam ser entendidos como certamente pertencentes à cultura material de povos da “linhagem” macro-jê, à qual os Cataguás ou Cataguases do “período histórico” costumam ser associados pelos pesquisadores.

²⁴ PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Ed. UNB, 1992, p. 352.

²⁵ Conforme expresso no capítulo “Catauá: reduto dos Cataguases”, na obra GUIMARÃES, Betânia Maria Monteiro; CORRÊA FILHO, João Antônio; LEAL, Murilo Cruz (orgs.). *Paisagens das Vertentes*. São João del Rei: UFSJ, 2008. p. 13-28.

Mapa 1 – Roteiro da pesquisa com georreferenciamento e altimetria dos sítios arqueológicos identificados. em Lagoa Dourada.



Elaboração: Ricardo Couto

Considerações finais

Apesar de pontual, este trabalho vem corroborar os resultados de outras investigações recentes, referentes aos vestígios arqueológicos indígenas circunscritos às tradições Aratu-Sapucaí e Una, para as quais está posta a questão da variação interna como desafio a ser encarado nas pesquisas que, antes, focavam apenas no que essas tradições teriam em comum.

Novas investigações devem gerar informações decisivas para que possamos conhecer mais a fundo o processo de ocupação do nosso território e as relações dos diferentes grupos indígenas entre si e com o ambiente que herdamos, onde vivemos hoje. Nesse sentido, julgamos imprescindível o desenvolvimento da pesquisa científica, na medida em que esta contribui para a formação de consciências que se identifiquem e se relacionem com o patrimônio cultural legado pelos nossos ancestrais, e promove a sensibilização, valorização e envolvimento da comunidade, ampliando, assim, a capacidade de observação da realidade local para compreender as relações sociais globais existentes no nosso próprio tempo.

A excelente recepção e disposição dos moradores em contribuir com esta pesquisa marcaram nossa passagem por Lagoa Dourada. Foi marcante também a crítica à atuação dos órgãos governamentais de fiscalização, que priorizam a aplicação de multas e não têm promovido nenhuma ação de educação ambiental e patrimonial visando a prevenção da destruição de sítios arqueológicos na área pesquisada.

Nosso país precisa mudar o quadro geral de desconhecimento em relação às nossas culturas ancestrais, situação que acaba por gerar preconceitos terríveis contra as populações indígenas que habitaram/habitam nosso território e que construíram todo um saber no processo de co-evolução com o meio natural – um conhecimento herdado por nós, mesmo que não percebamos isso. Precisamos incorporar na nossa história, a história milenar dos povos indígenas que nos antecederam²⁶. Nesse sentido, a elaboração do mapa cartográfico geral e a caracterização preliminar dos sítios investigados por nós tornaram-se subsídios importantes para atividades de educação patrimonial que começamos a executar no ano de 2019, através da exposição dos resultados desta pesquisa em um ciclo de palestras voltadas para a rede pública de ensino em Lagoa Dourada, realizadas pelo aluno bolsista que integra nosso grupo, e têm também servido de base para novas pesquisas em desenvolvimento.

²⁶ Na perspectiva apontada pelo arqueólogo Paulo Seda em: SEDA, Paulo. “Arqueologia e história indígena: por uma História Antiga da América”. In: OLIVEIRA, Ana Paula de P. Loures de. (org.). *Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais*. Juiz de Fora: Editar, 2007. p. 191-208.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Paulo Araújo de. *Arqueologia em Conceição dos Ouros – MG*. Pré-história, identidade, museu e espacialidade. Pouso Alegre: Ed. do autor, 2005.
- ARROYO-KALIN, Manoel. “A domesticação na paisagem: os solos antropogênicos e o Formativo na Amazônia”. In: PEREIRA, Edithe e GUAPINDAIA, Vera. (orgs.). *Arqueologia da Amazônia*. v. 2. Belém: MPEG/IPHAN/SECULT, 2010. p. 879-908.
- BERNARDO, Danilo Vicensotto. “O Nome da tribo”. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 6, nº 71. Rio de Janeiro: SABIN, 2011, p. 34-35.
- BUZATTI, Dauro J. *Lagoa Dourada: 300 anos – Síntese Histórica*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2011.
- CRIADO BOADO, Felipe. “Límites y posibilidades de la arqueología del paisaje”. In: *SPAL Revista de Prehistoria y Arqueología*. v. 2. Universidad de Sevilla, 1993.
- DIAS, Ondemar. “Ocupação do território de Minas Gerais: grupos horticultores ceramistas”. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de. (org.). *Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais*. Juiz de Fora: Editar, 2007.
- DELFORGE, Alexandre Henrique. *O sítio arqueológico “Cerâmica Preta”*: estudo das técnicas e da cadeia operatória da cerâmica queimada em ambiente redutivo dos povos pré-coloniais praticantes da cerâmica Aratu-Sapucai. Tese de doutoramento em arqueologia. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia. MAE-USP, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-19122017-102422/pt-br.php>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia e Patrimônio*. São Paulo: Habilis Editora, 2007.
- GUIMARÃES, Betânia Maria Monteiro; CORRÊA FILHO, João Antônio; LEAL, Murilo Cruz (orgs.). *Paisagens das Vertentes*. São João del Rei: UFSJ, 2008.
- MAGALHÃES, Marcos Pereira. “Natureza selvagem e natureza antropogênica na Amazônia Neotropical”. In: PEREIRA, Edithe e GUAPINDAIA, Vera. (orgs.). *Arqueologia da Amazônia*. v. 1. Belém: MPEG/IPHAN/SECULT, 2010. p. 403-424.
- NATALINO, Eduardo et all. *Por Ti América – Arte pré-colombiana*. Rio de Janeiro: MINC/Centro Cultural Banco do Brasil, 2002.
- NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luiz Beethoven. *O Povo de Luzia – em busca dos primeiros americanos*. São Paulo: Globo, 2008.
- POSEY, Darrell A. “Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó)”. In: RIBEIRO, Bertha G. (coord.). *Etnobiologia – Suma Etnológica Brasileira*, v. 1. Rio de Janeiro: Vozes/FINEP, 1986, p. 173-188.
- PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Ed. UNB, 1992.

PROUS, André; BAETA, Alenice; RUBBIOLI, Ezio. *O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos: conhecer para proteger*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2003.

PROUS, André. “A Pintura em cerâmica tupiguarani”. In: *Ciência Hoje*, v. 36 - nº 213. mar. 2005.

PROUS, André (e PIMENTEL, Lucia Gouvêa – orientações pedagógicas). *Arte Pré-histórica do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2007.

RESENDE, Maria L. Chaves de; SALES, Cristiano Lima; ROCHA, Leonardo Cristian; FONSECA, Bráulio Magalhães. “Mapeamento da arte rupestre na Estrada Real”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Rona Editora Ltda. Ano XLVI, nº 2, jul.-dez. 2010. p. 109-125.

RESENDE, Maria L. Chaves de; SALES, Cristiano Lima; ROCHA, Leonardo Cristian; SANTOS, Patrícia Palma, COUTO, Ricardo Carvalho. “Estrada Real: um ‘lugar de memória’ dos povos indígenas”. *Tempos Gerais - Revista de Ciências Sociais e História da UFSJ*. nº 5, 2014. p. 43-63.

RIBEIRO, Bertha. “A contribuição dos indígenas para a cultura do Brasil”. In: SILVA, Aracy L. da; GRUPIONI, Luís D. B. (orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: Ministério da Educação, 1995. p.197-216.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. “História Ecológica do Sertão Mineiro e a Formação do Patrimônio Cultural Sertanejo”. In: LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos. *Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade*. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas/Rede Cerrado, 2000. p. 47-106.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. “O Eldorado do Brasil central: história ambiental e convivência sustentável com o Cerrado”. In: Alimonda, Héctor. *Ecología política: Naturaleza, sociedad y utopia*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales/CLACSO, 2002. p. 249-275. Disponível em: <http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libreria/326.pdf>. Acesso: em 20 abr. 2018.

RODRIGUES, Igor Morais Mariano. *Fora das grandes aldeias: A ocupação do recôndito sítio arqueológico Vereda III*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-8VGKHP>. Acesso em: 28 ago. 2022.

ROUGERIE, Gabriel. *Geografia das paisagens*. São Paulo: DIFEL, 1971.

SALES, Cristiano Lima. *A Estrada Real nos cenários arqueológico, colonial e contemporâneo: construções e reconstruções histórico-culturais de um caminho*. Dissertação de mestrado em História. São João del-Rei: UFSJ, 2012. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pghis/dissertacaoCristianoLima.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SEDA, Paulo. “Arqueologia e história indígena: por uma História Antiga da América”. In: OLIVEIRA, Ana Paula de P. Loures de. (org.). *Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais*. Juiz de Fora: Editar, 2007. p. 191-208.

VIEIRA, Flávia Cristina Costa. *O Estado contra o patrimônio: uma perspectiva arqueológica*. Monografia. Belo Horizonte: Curso de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

VIEIRA, Flávia Cristina Costa. “Patrimônio arqueológico: a atuação do Estado no caso do Centro Cultural Banco do Brasil (BH/MG)”. In: *Anais do 1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil*. Belo Horizonte, 2017.